Ano 10 | **Número 101** | Dezembro de 2013

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Setor primário evita queda maior do PIB em 2013

CARTÃO DE BENEFÍCIOS QUE INFORMATIZA O SISTEMA DE VALES É O CARRO-CHEFE DA FACISC

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2013/2015

PRESIDENTE
José Paulo Dornelles Cairoli (RS)

1º VICE-PRESIDENTE
Rogério Pinto Coelho Amato (SP)

VICE-PRESIDENTES
Antônio Freire (MS)
Djalma Farias Cintra Junior (PE)
Jésus Mendes Costa (RJ)
Jonas Alves de Souza (MT)
José Sobrinho Barros (DF)
Rainer Zielasko (PR)
Reginaldo Ferreira (PA)
Sérgio Roberto de Medeiros Freire (RN)
Wander Luis Silva (MG)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO
Alexandre Santana Porto (SE)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Pedro José Ferreira (TO)

DIRETOR–SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR–FINANCEIRO
George Teixeira Pinheiro (AC)

CONSELHO FISCAL TITULARES
Jadir Correa da Costa (RR)
Ubiratan da Silva Lopes (GO)
Valdemar Pinheiro (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Alaor Francisco Tissot (SC)
Itamar Manso Maciel (RN)
Kennedy Davison Pinaud Calheiros (AL)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Avani Slomp Rodrigues (PR)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Rodrigo Paolilo

SUPERINTENDENTE
Antônio Chaves Barcellos

GERENTE ADMINSTRATIVO/FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR CBMAE/INTEGRA
Valério Souza de Figueiredo

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes
Cyntia Menezes
Thais Margalho

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nilton Ricardo Felgueiras Faria e Sousa
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71200-055

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Wander Luís Silva
Avenida Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Olavo Rogério Bastos das Neves
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5º andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6º andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Ricardo Russowsky
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanatto
Rua Dom Pedro II, 637 – Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

O paradoxo brasileiro

Apesar de ocupar o sexto lugar entre as maiores economias do planeta, o Brasil continua sendo um dos países mais paradoxais do mundo, se não o mais paradoxal. Não investimos adequadamente na educação e formação de gente qualificada, temos uma das mais elevadas cargas tributárias, bem como uma das maiores burocracias e um dos piores índices de corrupção. Mesmo assim, a cada ano somos surpreendidos com a nossa agricultura. Quando os números das novas safras indicam termos chegado a um suposto limite de produção, lá vem um novo recorde de safra e assim sucessivamente.

Na verdade, essa tendência de nossa agricultura revela – excetuando-se, aqui, os aspectos conjunturais de mercado – a excepcional qualidade e profissionalismo de nossos produtores, que são capazes de contornar a maioria dos entraves, a não ser aqueles causados pelos períodos de estiagem que atingem as regiões produtoras.

Matéria de capa desta edição de Empresa Brasil – a última de 2013 –, o desempenho da agricultura brasileira é mais um exemplo de um país paradoxal. Isso porque mesmo com os imensos gargalos em seus modais de transporte, o Brasil consegue pontificar como um dos maiores produtores do mundo.

Recentemente, a revista *The Economist* destacou que o *The World Economic Forum* classifica a infraestrutura do país na posição 114 entre 148 países. O principal ponto levantado pela revista é o alto custo para o transporte de produtos agrícolas. Observar o transporte entre fazendas brasileiras, segundo a revista, significa voltar no tempo. Isso porque a maioria dos produtos é transportada por caminhões e chega a viajar cerca de mais de 2 mil quilômetros em estradas estreitas e esburacadas até chegar ao porto de Santos.

A revista afirmou ainda que no século 19 e início do século 20 essas estradas eram utilizadas para transportar trabalhadores para o cultivo de café, mas que agora elas estão sobrecarregadas. De acordo com a *The Economist*, a falta de ferrovias e transporte por hidrovias faz o custo dos produtores aumentar muito. O custo do transporte nas estradas deixa o produto duas vezes mais caro que em ferrovias e quatro vezes maior que em hidrovias, diz a revista. "Agricultores brasileiros pagam 25% ou mais do valor da soja para levá-la aos portos, sendo que os concorrentes de Iowa (EUA) desembolsam apenas 9%", destaca a publicação. Os atrasos causados pela infraestrutura falha também trazem prejuízos aos produtores. Não raro, os importadores cancelam suas encomendas de soja brasileira após sucessivos atrasos, diz a revista.

No Brasil, 82% das cargas continuam sendo transportadas por rodovias, enquanto nos EUA 40% são por hidrovias, 35% por ferrovias e apenas 25% por rodovias. Além dessa opção equivocada que encarece os custos do transporte, a nossa infraestrutura rodoviária e portuária é altamente deficiente. O fato é que o caos logístico encarece sobremaneira o Custo Brasil. Transformar esses desafios em oportunidades é crucial para um modelo de crescimento autossustentável de nossa economia.

José Paulo Dornelles Cairoli, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

3 PALAVRA DO PRESIDENTE
Matéria de capa desta edição de Empresa Brasil, o desempenho da agricultura brasileira é mais um exemplo de um país paradoxal. Isso porque, mesmo com os imensos gargalos em seus modais de transporte, o Brasil pontifica como um dos maiores produtores do mundo.

5 PELO BRASIL
O sistema de emissão de certificado de origem da CACB (ECO CACB) atingiu, no mês de outubro, a marca de 30 mil emissões.

8 CAPA
Recuperação dos preços dos principais produtos impulsiona o setor agrícola.

12 CASE DE SUCESSO
Aplicativo *Hand Talk* é uma solução para deficientes auditivos.

14 FEDERAÇÕES
Cartão de gestão de benefícios é o carro-chefe da Facisc.

17 CONJUNTURA
FMI diz que o país deve combater inflação com juros mais altos.

18 DESTAQUE CACB
Congresso debate papel da mulher no mercado global.

20 EVENTOS
Simpósio discutiu as inovações do setor terciário.

22 PROGERECS
Mato Grosso ganha tecnologia de emissão gratuita de NFC-e.

24 CBMAE
Cerca de 70% dos processos podem ser solucionados por meio de pacificação.

26 NEGÓCIOS
Potencial do mercado pet do Brasil é um dos maiores do mundo.

28 ENTREVISTA
Piora do regime fiscal acende a luz vermelha no Planalto.

30 LIVROS
Propostas para o governo 2015/2018.

31 ARTIGO
Rogério Amato escreve sobre o desequilíbrio nas contas externas.

Empreender SUPLEMENTO ESPECIAL
Pequenas empresas são destaque no São Paulo Fashion Week

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Revisão: Flávio Dotti Cesa
Colaboradores: Cyntia Menezes e Thaís Margalho
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br
Impressão: Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

Preciosidade

As micro e pequenas empresas ganharam um apoio especial da presidente Dilma Rousseff. Em Campinas, São Paulo, para abrir o 14º Congresso da Federação das Associações Comerciais de São Paulo (Facesp), a presidente disse que sem elas o Brasil não chegaria aonde chegou, e sem os empreendedores, que são exemplos de coragem e ousadia, o país não teria formado esta grande rede econômica que faz toda diferença. O encontro festejou também os 50 anos da Facesp. O setor é tão especial para a presidente que, ainda na abertura, ela fez uma saudação especial ao presidente da CACB, lembrando a capilaridade da entidade, que tem mais de 2,3 milhões de associados no país, cujos presidentes de Federações estavam no evento para participarem, logo em seguida, da última reunião do Conselho da CACB de 2013.

Dilma Rousseff reiterou ao presidente da CACB, José Cairoli, que há uma perspectiva de cooperação entre o setor público e o privado

Ministro Afif Domingos pede mobilização

A reunião do Conselho Deliberativo CACB ocorrida em Campinas (SP), dia 19 de novembro, priorizou a prestação de contas e formulação de ações para 2014. Estiveram presentes 24 presidentes das Federações, além de Guilherme Afif Domingos, ministro da Micro e Pequena Empresa; Alencar Burti, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP; Dorival Dourado, presidente da Boa Vista Seguros. O encontro foi realizado juntamente ao Congresso da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de São Paulo (Facesp), em Campinas. Após abertura da reunião, presidida pelo presidente José Paulo Dornelles Cairoli, Afif falou sobre a mobilização necessária para a alteração da Lei nº 123, do SuperSimples. O ministro reforçou a necessidade de simplificar e desburocratizar o Simples para as MPEs. Segundo ele, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) é um "ministério de coordenação de ações e, portanto, um ministério pequeno. Fazemos questão de que assim o seja, senão acabamos engolidos pela burocracia do dia a dia".

Governo vai colocar no ar o *Empresa Simples*

O governo federal está anunciando uma ferramenta que deverá funcionar a partir do próximo ano para simplificar os meios para abrir uma empresa no país. O portal está sendo criado pelo Serpro a pedido da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. O contrato, assinado durante o 14º Congresso da Facesp, em Campinas, SP, vale R$ 30 milhões para a implantação da estrutura, segundo revelou a presidente Dilma Rousseff, na abertura do Congresso, no dia 19 de novembro.

O portal "Empresa Simples" vai reduzir para cinco dias os trâmites para a abertura de uma empresa, bem como para o fechamento. Em média, o tempo necessário hoje fica em torno de 150 dias – uma das razões da baixa competitividade empresarial. Todas as empresas poderão usar os serviços do "Empresa Simples".

ECO CACB já atinge 30 mil certificados emitidos

O sistema de emissão de Certificado de Origem da CACB (ECO CACB) atingiu, no mês de outubro, a marca de 30 mil Certificados de Origem emitidos no ano de 2013. A expectativa da coordenadora, Juliana Kämpf, é de que, até o final do ano, o volume chegue a 38 mil.

O ECO CACB, que é reconhecido internacionalmente pelo International Chamber of Commerce (ICC) por sua facilidade e praticidade, está em operação desde agosto de 2012 e conta com mais de 1,6 mil exportadores e 240 despachantes aduaneiros de seis estados brasileiros.

Presidente da CACB, José Paulo Cairoli, e vice-presidentes, Sergio Papini e Luiz Carlos Furtado Neves, debatem o modelo de certificação digital brasileiro com o representante da ICC em Doha, em 2013

Últimos dias: certificação digital com preços especiais para advogados

Até o dia 31 de dezembro, a Rede CACB de Certificação Digital, em parceria com a Certisign e a Ordem dos Advogados dos Brasil (OAB), realiza uma ação promocional para oferecer certificados digitais aos advogados com preços especiais. O objetivo da ação é promover o acesso do setor às soluções de documentação virtual.

"Diante dos constantes esforços e avanços promovidos pelo Poder Judiciário na informatização e desmaterialização para agilizar processos, esta promoção demonstra o espírito cooperativo e associativo que norteia as ações da CACB e dá oportunidade para que todos os advogados possam comprar e validar seu certificado", explica o executivo nacional do Progerecs/CACB, Antonio Bortolin. O preço promocional do documento ficará em R$ 99 durante esse período.

Empresários de Rondônia expandem rede da federação

Representantes da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Rondônia (Facer) estiveram em Jacy-Paraná, localizado a 100 km da capital Porto Velho, a fim de discutir a criação da associação comercial do distrito. Participaram do encontro cerca de 50 empresários de diferentes segmentos, o vice-presidente da Facer, Cícero Noronha, e o coordenador executivo Sávio Beckhauser.

Foram discutidos temas como a situação do comércio local, dificuldades locais e o trabalho já desenvolvido por outras entidades empresariais de Rondônia. A associação comercial de Jacy-Paraná foi constituída em 2010, mas ainda não está em funcionamento. Atualmente a Facer conta com 38 Aces e 6,5 mil empresários.

Brasil precisa de gestão, coragem e ousadia

Durante o Tá na Mesa Especial, da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), em 11 de novembro, o virtual candidato do PSDB à Presidência da República, senador Aécio Neves, apontou o que considera "erros" do governo Dilma Rousseff e disse que o Brasil precisa de gestão, coragem e ousadia para fazer os projetos que não foram feitos.

Aécio anunciou que até a primeira quinzena de dezembro vai apresentar propostas que vão atender às necessidades mais urgentes do país, para recuperar a confiança na economia. Acrescentou que trocaria metade dos atuais 39 ministérios por uma Secretaria Extraordinária de Desburocratização Tributária. Segundo o senador, a carga tributária brasileira é perversa e a simplificação precisa ser adotada em toda a economia.

Foto: Ivan Andrade

Senador Aécio Neves participa de debate na Federasul

Aécio disse que o Brasil está ficando fora dos grandes investimentos e precisa iniciar um novo ciclo. "É possível retomar o desenvolvimento" acrescentou, lembrando que "esse longo período de PT no poder coloca em risco a estabilidade do Brasil". Defendeu a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e previu péssimos resultados ao final do governo petista. "Será visível um crescimento pífio da economia brasileira e a maquiagem fiscal", afirmou. E concluiu: "É necessária uma avaliação clara de onde estamos para definirmos para onde queremos ir".

Núcleo setorial de dentistas de Toledo (SC) promove ação social

Cerca de 150 crianças da Ação Social São Vicente de Paulo participaram de uma atividade de prevenção e cuidados com a saúde bucal realizada pelo Núcleo Setorial de Odontólogos, da Associação Comercial e Empresarial de Toledo, no último dia 5 de novembro.
O evento é uma parceria do Núcleo com a Associação Brasileira de Odontologia (ABO) e prefeitura do município. O objetivo é orientar as crianças sobre a importância da saúde bucal para o organismo a fim de prevenir doenças.

Os dentistas ensinaram as crianças sobre a maneira correta de escovar os dentes e utilizar o fio dental, e entregaram kits de higiene bucal e um folheto educativo. Segundo a coordenadora do núcleo, Juciliane Angoneze Cesáro, o atendimento foi feito a crianças de 6 a 12 anos por estarem na fase de dentição mista. "Nesta fase ocorre a troca dos dentes de leite pelos permanentes, e pela posição dos dentes a escovação é mais difícil", explica. O Núcleo Setorial de Odontólogos dará continuidade a essa ação no próximo ano.

Recuperação dos preços dos principais produtos **impulsiona o setor agrícola**

Conjuntura favorável resultou numa contribuição excepcional da agricultura para o PIB total, sobretudo no último trimestre do ano, quando teve um crescimento de 10,5%, em comparação a igual período do ano passado

O BNDES já liberou em 2013, no acumulado de janeiro a outubro, mais de R$ 8 bilhões para financiamento de máquinas agrícolas, o maior volume da história em 36 anos. Em 2012, as liberações agrícolas do banco atingiram R$ 8,9 bilhões.

Esse desempenho deve-se aos volumes históricos de grãos nesta safra e ao programa de financiamentos do governo federal, por meio do Finame PSI, que oferece linhas com juros anuais de até 2% ao ano e prazos de até três anos de carência. Em contrapartida, o mercado enfrenta dificuldades para atender à demanda. Em algumas concessionárias, no interior de São Paulo, por exemplo, a espera pode chegar a quatro meses.

De acordo com Adriano Gomes, da Méthode Consultoria Empresarial, a recuperação dos preços dos principais produtos foi fundamental para o sucesso da safra 2013/2014 no Brasil. Esse quadro resultou numa contribui-

ção excepcional da agricultura para o PIB total, sobretudo no último trimestre do ano, quando teve um crescimento de 10,5%, em comparação a igual período do ano passado.

"Atualmente o quadro é de estabilidade nos preços, que se acomodaram em um patamar superior em comparação ao que se enxergava meses atrás. A persistir esse cenário e com a perspectiva de crescimento de volume, que é o que se observa continuamente, podemos prever uma contribuição mais contundente da agricultura no PIB do país", diz Gomes. De acordo com o IBGE, a agropecuária participa com 5,5% do PIB; a indústria, 27,5% e serviços, 67%.

Soja, o carro-chefe

O carro-chefe do setor agrícola nacional, segundo Gomes, continua sendo a soja, com participações importantes do setor sucroalcooleiro – responsável por aproximadamente 2% do PIB nacional e por 31% do PIB da agricultura no Brasil em 2012 – e do milho. "O fato é que a participação da agricultura no PIB total do país não é expressiva, mas dado ao crescimento da produção, diante do recuo dos segmentos de serviços e da indústria, o segmento passou a ter um peso importante. Sem uma agricultura forte, o PIB do país seria menor ainda", assinala. Podemos então considerar que são cada vez mais promissores os cenários da agricultura brasileira? "Não é bem assim", responde Gomes. "Se o agricultor brasileiro demonstra cada vez mais profissionalismo, e o aumento das margens de lucro da soja é um exemplo excepcional, o que se deve à gestão de custos, os gargalos na infraestrutura e na armazenagem são cada vez mais graves."

Com déficit na armazenagem nos locais de origem, o custo do frete fica pressionado e onera a renda do produto. Atualmente, segundo o consultor, as perdas de safra em decorrência da falta de capacidade de armazenagem situam-se numa margem entre 15% e 20%.

Segundo a Conab, a capacidade estática de armazenagem do Brasil é de 137,33 milhões de toneladas. Algumas regiões do Brasil mostram um quadro crítico em seus sistemas de armazenagem. É o caso do Mato Grosso e do Paraná, os maiores produtores de soja e milho do país, e que enfrentam uma situação complicada com a colheita. Durante a safra é notável o congestionamento nas estradas e, sobretudo, nos pátios de recepção. É comum o "armazenamento" ao ar livre por falta de espaço nos silos.

Para o diretor secretário da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Sistema Famasul), Ruy Fachini, o silo bag é uma alternativa aos métodos tradicionais de armazenagem em fazenda, sendo utilizado sobretudo na Argentina. Entretanto, adverte que esse tipo de armazenagem é válido apenas como um paliativo à falta de armazenagem no estado. "Para evitarmos transtornos com a armazenagem de grãos, exigimos frequentemente do governo federal a melhoria dos portos e das estradas, ações que podem direcionar melhor o investimento do produtor", diz.

Adriano Gomes: "A persistir o atual cenário e com a perspectiva de crescimento de volume de produção, podemos prever uma contribuição mais contundente da agricultura no PIB do país em 2013"

Soja é o maior destaque em crescimento de produção e área

A produção nacional de grãos na safra 2013/2014 está estimada entre 192,424 milhões e 196,65 milhões de toneladas, o que representa uma variação de 3,0% a 5,3% acima da safra 2012/2013, quando foram colhidos 186,8 milhões de toneladas. Os números são do mais recente levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A soja é o produto de maior destaque em crescimento de produção e área, graças aos bons preços do grão no mercado. A produção da oleaginosa deve ficar entre 87,9 milhões e 90,2 milhões de toneladas, e a área, entre 28,8 milhões e 29,5 milhões de hectares. Segundo a Conab, a área com feijão 1ª safra também deve aumentar, saindo de 1,13 milhão de hectares no estudo anterior para 1,17 milhão e 1,21 milhão de hectares, com um incremento que varia de 3,9% a 8,0%. Outro destaque é a área plantada de algodão, que deve apresentar um incremento percentual de 16,5% a 22,0%, além do trigo, que tem uma elevação de 15,1%.

A área total destinada ao plantio da safra deve passar dos 53,3 milhões de hectares, podendo alcançar 55,5 milhões de hectares, o que representa uma variação entre 2,0% a 4,2% em relação à área plantada em 2012/2013, que foi de 53,27 milhões de hectares. A pesquisa foi feita no período de 28 de outubro a 1º de novembro, nas principais regiões produtoras de grãos do país.

"A intenção do plantio da safra brasileira de soja na temporada 2013/14 registrou incremento de área variando de 3,7% a 6,4%, confirmando a opção do produtor nacional em priorizar esse plantio", disse a Conab.

A Conab acrescentou que a opção pela oleaginosa ocorre em detrimento de outras culturas, sobretudo o milho, uma vez que a soja é beneficiada por preços mais remuneradores. A estimativa para a safra total de milho foi mantida praticamente estável ante o relatório de outubro, com intervalo de 78,5 milhões e 79,8 milhões de toneladas.

A área da primeira safra de milho deve ficar entre 3 a 6,5% menor se comparada ao ciclo anterior. A produção na primeira safra de milho é vista entre 32,3 milhões e 33,7 milhões de toneladas, contra uma produção de 34,8 milhões de toneladas na temporada anterior.

"A competição por área entre soja e milho tem ocorrido em desfavor do cereal, em virtude, entre outras razões, dos positivos resultados observados na comercialização da oleaginosa", disse a Conab.

Logística deficiente causa congestionamentos em direção aos portos

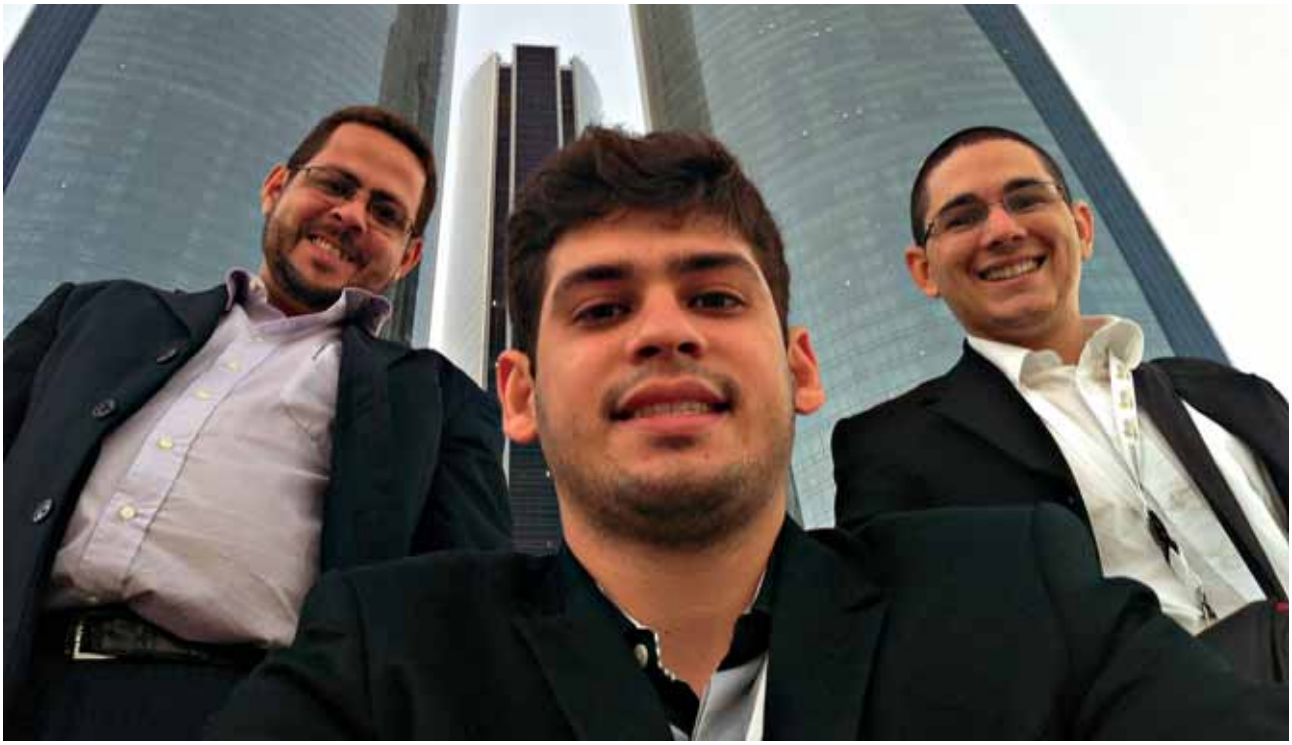
Para o presidente da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, o Brasil só será competitivo diante de Estados Unidos e Argentina quando "virar o jogo". Apesar dos projetos, dos anúncios de investimentos e do planejamento oficial, ele considera que na logística de escoamento da produção não houve mudança significativa nos últimos anos. A concentração continua no modal rodoviário, o que torna a situação cada vez mais dramática. As filas em terminais para carregamento de trens em Mato Grosso, que chegaram a 20 quilômetros no último ano, e a concentração de navios ao largo dos portos, que passou de 150 embarcações em Paranaguá, deverão se repetir. "Padecemos de ineficiência crônica na logística. A safra brasileira de grãos cresce de 15 a 20 milhões de toneladas por ano. A próxima safra deve bater novo recorde e novamente causar enormes congestionamentos nas estradas, rumo aos portos", diz.

Carvalho: "Matriz de transporte inadequada prejudica produtores"

De acordo com o dirigente, o agronegócio nacional exportou quase US$ 100 bilhões de abril de 2012 a abril de 2013, ficando atrás somente dos Estados Unidos e da União Europeia. Além disso, as projeções da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam demanda crescente de alimentos e energia renovável até a metade deste século. "É uma janela de oportunidade talvez jamais vista pelo Brasil, mas apesar desse horizonte, lamentavelmente podemos estar jogando fora essa grande chance", acrescenta. "Os americanos, por exemplo, investem o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) em transporte, e o Brasil, apenas 0,5%. Esperamos que o programa de concessões venha para atenuar essa distorção", completa.

Para Carvalho, o apagão dos portos e as estradas ruins abalam a credibilidade junto aos importadores. A matriz de transporte, composta por 61% de rodovias, 21% de ferrovias e só 14% de hidrovias, é inadequada, o que implica um reequilíbrio estrutural desse quadro, de modo que 60% do escoamento ocorra por ferrovias e hidrovias. Essa alteração estratégica, segundo ele, proporcionaria melhoria de forma significativa do ponto de vista econômico e ambiental, com diminuição de 41% na demanda de combustíveis fósseis, 39% na emissão de dióxido de nitrogênio e 32% em dióxido de carbono.

Não bastasse a deficiência em logística, com déficit na armazenagem nos locais de origem, o custo do frete fica pressionado e onera a renda do produtor. O caso mais dramático é com o milho 2º safra em Mato Grosso, cuja colheita chegou a 21,9 milhões de toneladas. O frete para transportar milho de Sorriso (MT) a Santos (SP) gira em torno de R$ 300 a tonelada, o que representa um custo de R$ 18,00 a saca, enquanto o preço mínimo do milho é de R$ 13, 56 a saca.



Uma solução para **deficientes auditivos**

Aplicativo oferece acessibilidade à comunidade surda com auxílio de um intérprete virtual em 3D que torna a utilização da solução interativa de fácil compreensão

Há seis anos, a partir de um trabalho de faculdade, o empresário Ronaldo Tenório teve uma ideia. Criar uma solução gratuita que traduzisse conteúdos em português para Libras – Língua Brasileira de Sinais. O aplicativo Hand Talk ainda demorou quase cinco anos para sair do papel, mas Tenório se juntou aos atuais sócios Thadeu Luz e Carlos Wanderlan e, com a ajuda de investidores-anjo, os três conseguiram colocar o sonho em prática.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui quase 10 milhões de pessoas com algum tipo de problema auditivo. Entre elas, há uma parcela que não compreende corretamente o português e depende exclusivamente do contato em Libras. Diante desse cenário, a solução surge como uma ferramenta para auxiliar a comunicação entre surdos e ouvintes, além de estimular os usuários na busca por conhecimento e informação através da Língua de Sinais. O interprete de Libras é considerado bilíngue no Brasil.

"Pretendemos oferecer acessibilidade à comunidade surda e às pessoas que de alguma forma necessitam da Libras para se comunicar. Além

disso, um dos nossos objetivos é difundir ainda mais a Língua Brasileira de Sinais em nosso país", comenta Ronaldo Tenório, CEO da Hand Talk. Segundo ele, o app já teve 80 mil downloads nos quatro primeiros meses após o lançamento e já realizou mais de 3 milhões de traduções.

O aplicativo é capaz de converter, de forma simples e em tempo real, textos digitados, fotografados ou mensagens de áudio para Libras, tudo isso com o auxilio de um intérprete virtual, o Hugo, um simpático personagem em 3D que torna a utilização da solução interativa e de fácil compreensão. Segundo os criadores, o objetivo da empresa é tornar a ferramenta social ainda mais acessível para fazer a diferença na vida de mais pessoas.

"Não há nada mais gratificante que receber a notícia de que o aplicativo mudou o dia de alguém. Já recebemos mensagens, por exemplo, de médicos que afirmaram ter prestado atendimento ao paciente surdo utilizando o Hand Talk", comenta Thadeu Luz, COO – Chief Operating Officer.

Atualmente, o aplicativo está disponível para a App Store, da Apple, e para a Play Store, do sistema Android. Em 2012, o Hand Talk foi eleito como a solução mais inovadora do Brasil na Rio Info, um dos maiores eventos de Tecnologia do país. Em 2013, concorrendo com cerca de 15 mil aplicativos de várias partes do planeta, foi eleito o melhor app social do mundo, no WSA-mobile, evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes.

"Já foi uma vitória estar entre os finalistas desse evento. Sabemos de sua importância, afinal, trata-se do 'Oscar dos Aplicativos'. Estamos muito felizes em saber que fomos considerados os melhores do mundo. Isso só nos deixa com mais estímulo para trabalhar e ajudar cada vez mais pessoas", diz Carlos Wanderlan, CTO da Hand Talk.

Nicho de mercado

O sucesso foi tanto que a Hand Talk está pronta para crescer. A equipe já oferece soluções coorporativas de tradução em Libras sob medida. Dessa forma, é possível inserir o tradutor, por exemplo, em totens e em TVs indoor em eventos ou empresas. "Isso torna o aplicativo extremamente útil em bancos, shoppings, museus e grandes eventos", explica o CEO Ronaldo Tenório.

Segundo ele, a empresa está estudando ainda a possibilidade de que os sites ofereçam informações em Libras. "Você poderá clicar em um ícone que abrirá uma janela para o Hugo", explica Tenório. "Os sites das instituições públicas têm pouca acessibilidade para os deficientes auditivos. Como a experiência deles é muito mais visual, muitos têm dificuldades de aprender mesmo o português escrito", avalia.

Associativismo

A Hand Talk participa do Empreender em Alagoas, onde fica a sede, desde o segundo semestre de 2013. A empresa participa de vários outros projetos de empreendedorismo. "Acreditamos que quanto mais parcerias tivermos, melhor. Ninguém pode crescer sozinho", explica Tenório.

O aplicativo é capaz de converter, de forma simples e em tempo real, textos digitados, fotografados ou mensagens de áudio para Libras, tudo isso com o auxílio de um intérprete virtual, o Hugo, um simpático personagem em 3D

Cartão de gestão de benefícios **é o carro-chefe da Facisc**

O empresário Ernesto João Reck é o novo presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), em substituição a Alaor Tissot, que passou a ocupar o cargo de presidente do Conselho Superior da entidade. Em entrevista a Empresa Brasil, ele avalia os desafios que terá pela frente e as boas práticas a que pretende dar continuidade em sua gestão. Segue a entrevista:

Empresa Brasil: Santa Catarina é um dos estados mais fortes na cultura associativista. A que isso se deve?

Ernerto Reck: A base é a formação de nosso povo, que traz na raiz a cultura na necessidade de compartilhar. A cultura associativista foi disseminada e assimilada por nossa sociedade, que entendeu que este é o caminho mais rápido para o sucesso e sustentabilidade de uma sociedade.

Qual o tamanho e alcance da Facisc hoje?

Somos uma entidade forte no Estado, temos 145 associações, presentes em 220 municípios e com aproximadamente 30 mil associados. Estamos muito presentes em todas as regiões de Santa Catarina, com forte atuação de nossas regionais, que definem bandeiras regionais, e a somatória destas bandeiras é defendida pela nossa entidade a Facisc.

Na sua gestão, que se inicia agora no fim de 2013, quais serão as prioridades?

Trabalharemos na melhor visibilidade, ampliaremos a comunicação entre as ACEs, para divulgar melhor as boas práticas de cada região. Ampliaremos o número de associações e de empresas associadas. Vamos aprimorar os produtos e serviços oferecidos atualmente e buscaremos novas oportunidades. Defendemos a maior aproximação da classe empresarial e classe política. Continuaremos falando em todas as oportunidades sobre infraestrutura, melhor gestão do dinheiro público, a simplificação e redução da carga tributária.

O Empreender em SC já está consolidado, com mais de 20 anos de atuação. Podemos dizer que o programa hoje funciona para a entidade como fator para fidelização do associado?

Sem dúvida é o maior aliado na fidelização do associado à entidade. No momento em que o empreendedor participa de um núcleo do programa Empreender, ele vai para dentro da entidade e passa a vivenciar o associativismo na prática. O Empreender possibilita que o associado participe de toda a associação e não seja apenas um número, mas sim um ativista dentro da entidade. Ele conhece as soluções empresariais e agrega valor a sua empresa com novos serviços. O Empreender é a forma encontrada de desenvolver o capital social das empresas participantes, a maioria micro e pequenas. Prova disso são os números: mais de 5 mil empresas e algumas há mais de 20 anos participando dos núcleos catarinenses.

A renda da Facisc é hoje proveniente principalmente da prestação de serviços. Como isso foi alcançado e qual foi o principal obstáculo?

Em 2001, a Facisc iniciou a busca por sustentabilidade. Precisávamos de algo que mudasse o quadro, que era de 80% dos recursos vindos das mensalidades e 20% da prestação de serviços. Após muitos estudos e pesquisas junto às associações empresariais e aos empresários associados, definimos que precisávamos mais do que serviços e produtos, precisávamos de soluções empresariais, e também nessecitávamos realizar uma mudança cultural. Com este pensamento de levar soluções para as empresas, criamos serviços diferenciados. Nossa ideia era formar uma carteira de clientes e gerar renda permanente e perene para as entidades. E foi isso que fizemos, temos um grande leque de soluções e o nosso carro-chefe é a família Útil Card, que compreende o cartão de gestão de benefícios, vale-refeição e vale-alimentação. Hoje temos mais de 180 mil cartões e movimentamos cerca de 15 milhões de reais por mês.

Como está a aplicação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em Santa Catarina? Quais ferramentas podem ser usadas, em sua opinião, para sanar as lacunas ainda existentes?

O grande problema da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é a substituição tributária. Para sanar esse problema, a Facisc acompanha a tramitação do Projeto de Lei 237/2012, de autoria do deputado federal Pedro Eugênio [PT-PE], que prevê que, no caso do ICMS, os bens e serviços adquiridos, produzidos, revendidos ou prestados por ME e EPP não estarão mais sujeitos ao regime de substituição tributária ou ao regime de antecipação do recolhimento, com exceção dos combustíveis, cigarros, águas, refrigerantes, cervejas, motocicletas, máquinas e veículos automotivos, entre outros.

Santa Catarina está em 5° lugar na lista de estados que menos tributam as pequenas e microempresas. Como é a política estadual de substituição tributária?

Santa Catarina, assim como os demais estados brasileiros, enfrenta um sério problema em relação à substituição tributária. O que foi criado para ser

Útil Card, que compreende vale-refeição e vale-alimentação, movimenta cerca de R$ 15 milhões por mês

“A luta pela capacitação de mão de obra é incessante. É um problema que atinge todo o setor produtivo. Nós temos buscado, por meio das associações empresariais, realizar cursos nas próprias entidades. Cada associação oferece aquele que mais se adapta às necessidades da sua região”

uma exceção acabou virando regra. Hoje, grande parte das mercadorias se encontra na Substituição Tributária. O caso mais preocupante diz respeito às micro e pequenas empresas, as quais acabam pagando a mesma alíquota de ICMS que as médias e grandes companhias. No Simples Nacional, a alíquota do ICMS varia de 1,25% a 3,95%. No entanto, as MPE pagam, em média, 6,3% ao comprarem um produto de uma empresa que opera no regime de substituição tributária. Ainda que a alíquota de Santa Catarina se encontre abaixo da média nacional, acreditamos que deveria haver uma redução ainda maior, como ocorre nos estados do Paraná, onde a alíquota média é de 4,7%, e no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde a alíquota média é de 5,3%.

Segundo dados do MDIC, Santa Catarina é o segundo estado que mais precisa de cursos de qualificação profissional. O que a Facisc está fazendo para ajudar na redução deste déficit?

A luta pela capacitação de mão de obra é incessante. É um problema que atinge todo o setor produtivo. Nós temos buscado, através das associações empresariais, realizar cursos de capacitação nas próprias entidades. Cada associação oferece o curso que mais se adapta às necessidades da sua região. A Facisc também tem parceria com o Sistema Sociesc e oferece curso de pós-graduação. A capacitação do empreendedor também foi identificada como uma necessidade e por isso criamos, com a Fundação Empreender, nosso braço técnico, o Programa de Gestão e Vivência Empresarial (PGVE), que atua em módulos e com o sistema de mentores, onde empreendedores de destaque no Estado passam seu aprendizado aos participantes.

O que a Facisc espera da atuação da nova gestão da CACB?

Esperamos nos envolver cada vez mais orientados e articulados por nossa Confederação em ações que visem à melhoria da classe empresarial. A Confederação é a nossa entidade-mãe e precisamos trabalhar unidos para gerar resultados que impactem numa mudança positiva para o empresariado. A CACB representa cada um de nós em Brasília, é a nossa voz e queremos que fale que precisamos de mudanças para ter um cenário melhor para produzir.

As enchentes sempre causam grandes prejuízos ao comércio, especialmente às pequenas e microempresas. O que o governo e a Facisc têm feito para auxiliar na reconstrução?

Santa Catarina tem uma história de recuperação incrível. Não é de hoje que enfrentamos grandes catástrofes, como as enchentes de 1980 e de 2008. O nosso povo, que tem em sua maioria a origem alemã e italiana, trouxe também na bagagem este poder de reconstruir que nossos antepassados tiveram para recuperar seus países após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. O governo estadual e as prefeituras das cidades atingidas buscam recursos junto ao governo federal, criam programas de recuperação e ainda contam com a ajuda da população que se mobiliza. Com a classe empresarial não é diferente. As associações se mobilizam e formam uma verdadeira rede de auxílio aos atingidos.

DEZEMBRO/2013 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

Empreender

OPORTUNIDADE E CRESCIMENTO

Pequenas empresas são destaque no São Paulo Fashion Week

Os sócios da Liverpool Camisetas, querida entre os famosos, comemoram essa conquista

Foto: Juliana Knobel

SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

PEQUENOS NEGÓCIOS ESTÃO OTIMISTAS

Índice de Confiança calculado mensalmente pelo Sebrae permaneceu elevado em outubro

Foto: Welton Araújo

Otimismo dos pequenos empresários deve manter-se até o final do ano

ALESSANDRA PIRES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

A confiança dos donos de micro e pequenas empresas se manteve alta no mês de outubro e esse otimismo deve continuar até o final do ano. Pelo segundo mês consecutivo, o Índice de Confiança dos Pequenos Negócios (ICPN), mensurado mensalmente pelo Sebrae, atingiu 121 pontos – o mais alto desde o início de 2013. "A proximidade das festas de fim de ano e o bom desempenho que as micro e pequenas empresas tiveram até esse momento são fatores que influenciam fortemente nas perspectivas dos donos de pequenos negócios", afirma o presidente do Sebrae, Luiz Barretto.

O último ICPN também demonstra que quase a totalidade dos empresários crê no aumento ou na estabilidade do faturamento. Ao todo, 96% dos entrevistados acreditam que até dezembro não terão redução no seu faturamento e 98% esperam manter os seus funcionários ou aumentar o número de contratações para atender às demandas das datas de fim de ano.

Entre as categorias de empresários, os microempreendedores individuais (MEI) – aqueles que faturam até R$ 60 mil por ano – são os mais confiantes e atingiram um ICPN de 124. Quando analisamos a pesquisa por setores, a Construção Civil continua sendo destaque, com 124 pontos, seguida pelo Comércio, com 121. Na análise dos resultados por regiões, o Nordeste e o Norte têm o melhor desempenho, com 125 e 123 pontos, respectivamente.

O Índice de Confiança dos Pequenos Negócios (ICPN) é medido em uma escala que varia de 0 a 200. Acima de cem, o indicador revela tendência de expansão das atividades, enquanto abaixo desse valor direciona para possível retração. A pesquisa abrange amostra de 5,6 mil empreendimentos de todos os setores – Indústria, Comércio, Serviços e Construção Civil –, entre microempreendedores individuais (MEI), microempresas – que faturam entre R$ 60 mil e R$ 360 mil por ano – e negócios de pequeno porte, com faturamento bruto anual entre R$ 360 mil e R$ 3,6 milhões. E

Foto: Gustavo Rozario

Durante a Rodada de Negócios, Jairo Nascimento, sócio-proprietário da Mega Automação, garantiu parceria com uma empresa canadense que domina a técnica de fraturamento hidráulico

OPORTUNIDADE

RODADA DE NEGÓCIOS APROXIMA EMPRESÁRIOS

Cerca de 30 empresas baianas apresentaram bens e serviços para sete empresas canadenses ligadas à exploração não convencional de petróleo e gás

GUSTAVO ROZARIO
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS / BA

Após o governo federal anunciar a licitação para exploração de petróleo e gás em reservas não convencionais, as indústrias da Bahia tiveram uma ótima oportunidade de conhecer a larga tradição do Canadá em produção nos campos terrestres e estabelecer contatos para realização de negócios, no encontro realizado pelo Convênio Petrobras-Sebrae, Fieb, Alberta-CA, Canadá e Export Development Canada (EDC), com patrocínio de GranTierra Energy Brasil e apoio da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia.

Jairo Nascimento, sócio-proprietário da Mega Automação, participou da Rodada de Negócios, que reuniu sete empresas canadenses e 30 empresas baianas. "O resultado se materializa na prospecção de negócios num futuro muito próximo, já que a autorização para explorar os blocos de reservatórios deve acontecer ainda este ano", disse Jairo. Uma empresa canadense ficou interessada no que o empresário levou para a Rodada e confirmou que irá contratar tal serviço.

A empresa canadense Katckan é uma veterana em rodadas e busca desenvolver um representante local. "A ideia é firmar um contrato de redistribuição e revenda. Nosso carro-chefe é um o sistema de zero derramamento, que captura os fluidos de perfuração. Ele não permite que a lama vá para o mar ou para a terra, sendo reutilizada, gerando uma economia enorme e sem impactos para o meio ambiente", explicou Geovane Beltrão, gerente regional de vendas e desenvolvimento de negócio no Brasil e oeste da África. E

PRODUÇÃO DE ARRANJO FLORAL É OPÇÃO DE NEGÓCIO PARA O NATAL

Proximidade dos festejos de fim de ano torna a atividade uma alternativa para empreendedores do setor ampliarem faturamento

KASSANDRA LOPES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS / RN

Com a proximidade do período natalino, a procura por itens de decoração aumenta. Para capacitar empreendedores a aproveitar essa oportunidade, o Sebrae no Rio Grande do Norte, em parceria com a PotyFlores, realiza o curso básico de Arte Floral, com enfoque nas festas de final de ano.

"Os participantes vão poder aprender técnicas e tendências inovadoras que contribuem para a criação dos arranjos. Além, é claro, de terem a possibilidade de comercializar posteriormente esse tipo de produto", afirma Sergina Dantas, gestora de projetos de Flores e Plantas Ornamentais do Sebrae no estado. Na programação estão incluídos conhecimentos como conservação de flores e folhagens, aproveitamento das sobras, harmonia de cores, arranjos comercias e buquês.

O curso também pretende incentivar o consumo de flores no Rio Grande do Norte. De acordo com a gestora, o setor vem demonstrando rápido crescimento. No ano passado, por exemplo, o mercado de plantas e flores movimentou no Brasil 12 milhões de dólares.

Com o objetivo de promover essa cultura, o curso utilizará flores naturais nos arranjos. "Mas, lembramos que as pessoas não precisam ficar preocupadas com a duração desses enfeites. As flores tropicais, por exemplo, duram até duas semanas", frisa Sergina Dantas. Durabilidade que depende dos cuidados que se tem com as flores. Recomenda-se que o arranjo seja exposto a boa iluminação e receba uma quantia periódica de água.

As aulas vão ser ministradas pelo artista floral José Bernardo, também conhecido como Zezinho. O instrutor tem 30 anos de experiência em floricultura e decoração em geral. Zezinho já foi convidado por renomados designers florais brasileiros, como Paulo Bento, Stans Scheltinga e Carlinhos Vais, entre outros, para assessorá-los na elaboração de trabalhos importantes, expostos em feiras e revistas. E

Foto: arquivo Sebrae

Curso básico de Arte Floral, com enfoque nas festas de final de ano, movimenta economia de Natal

PEQUENOS NEGÓCIOS GANHAM ESPAÇO EM MEGAEVENTO DE MODA

Representando 95% do setor, micro e pequenas empresas são destaque no São Paulo Fashion Week

PAULO FORTUNA E MARIANA RAMOS
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS / SP

Os pequenos negócios do setor de moda tiveram um espaço privilegiado no São Paulo Fashion Week (SPFW) deste ano. O Sebrae selecionou 21 marcas de várias partes dos Brasil para venderem seus produtos na FFW Shop (antiga Pop Up).

Para o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, a figura do MEI permitiu que muitas pessoas que trabalhavam na informalidade ganhassem uma cidadania empresarial e benefícios previdenciários. "Especificamente no universo da moda, há muitas oportunidades para esses empresários. Existem cerca de 25 categorias do setor que podem ser MEI, como bordadeira, costureira, fabricante de cintos e ourives, entre outros. É a chance de entrar pela porta da frente no mundo dos negócios", afirma Barretto.

Na visão de Paulo Borges, idealizador do São Paulo Fashion Week, os MEI são estratégicos para o segmento. "A partir do SPFW, a moda se consolidou no país, criando diversas profissões que não existiam de maneira formal dentro dessa cadeia criativa, reconhecendo não só essas novas ocupações, mas também aquelas ligadas a saberes e fazeres tradicionais de muito valor para essa indústria."

Os sócios da Liverpool Camisetas, de Santa Catarina, também têm aproveitado o SPFW para crescer nesse segmento. "É a quarta vez que participamos do evento e tem sido muito importante, pois lá podemos ver as cores, estampas e tipos de lavagem usadas pelos grandes estilistas. Como não temos ainda pessoal especializado para fazer isso, é fundamental para desenvolvermos nossas coleções", conta o publicitário Rafael Lange, sócio da empresa, que já é popular entre os famosos. Recentemente, os apresentadores do MultiShow Bruno de Luca, Didi Miller e Guilherme Guedes usaram peças enviadas pela Liverpool para apresentar o Rock in Rio. Isso gerou um aumento nas vendas, matérias na mídia especializada e, claro, crescimento da marca. E

Foto: Juliana Knobel

Os sócios da Liverpool Camisetas, de Santa Catarina, aproveitam o SPFW para crescer no segmento

ARTISTAS SE FORMALIZAM PARA CRESCER NO MERCADO CULTURAL

Cantora Rita Benneditto e escritor James Misse mostram que a legalização dá visibilidade a quem atua na Economia Criativa

MARCELO ARAÚJO
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

As vantagens oferecidas pela formalização vêm atraindo um número cada vez maior de profissionais da Economia Criativa no Brasil. São músicos, atores, humoristas, técnicos em iluminação e em sonorização, diretores, produtores de teatro e de audiovisual que passaram a encarar seus trabalhos como negócios a serem geridos de maneira regularizada e com práticas de gestão comuns às de quaisquer outras empresas. Desde julho de 2009, já são cerca de 20 mil profissionais ligados a essas áreas que abriram suas próprias empresas na condição de microempreendedores individuais (MEI).

Somente a formalização de produtores teatrais registrou, por exemplo, um crescimento de 476% de 2011 a 2013. A de músicos, nesse mesmo período, cresceu 242%, segundo levantamento do Sebrae. Esse incremento tem sido acompanhado de perto pela instituição, que conta atualmente com 150 projetos de Economia Criativa no país. No Rio de Janeiro, por exemplo, oferece o projeto Estrombo, voltado para a capacitação gerencial de músicos e empresas do ramo musical, permitindo que eles atuem em novos modelos de negócios e canais de distribuição baseados em tecnologias contemporâneas – como redes sociais, tablets, celulares e games. Em Sergipe, o Sebrae dá apoio a empresas do segmento de audiovisual que produzem curta metragens na captação de recursos.

Para o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, é importante estar atento à gestão de um produto. "Você pode ser um excelente instrutor de artes cênicas, um músico ou um humorista, mas para alcançar o sucesso com seu negócio é preciso investir em capacitação e gestão empresarial. Com conhecimento é mais fácil empreender", afirma.

Com sete discos gravados e 25 anos de carreira, a cantora Rita Benneditto, antes conhecida como Rita Ribeiro, sentiu necessidade de abrir a própria empresa, pois como autônoma enfrentava dificuldades para receber cachês. "Tinha de contar com a boa vontade de outras empresas para me ceder uma nota. A formalização foi essencial para o crescimento da minha carreira", avalia.

Com essa perspectiva, ela e a irmã Elza, sua empresária e produtora criaram a ManaXica Produções, uma empresa de pequeno porte da área artística. A ManaXica já recebeu apoio do Sebrae para exportar sua música para dois países, a Dinamarca e a França. E

"VOCÊ PODE SER UM EXCELENTE INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS, UM MÚSICO OU UM HUMORISTA, MAS PARA ALCANÇAR O SUCESSO COM SEU NEGÓCIO É PRECISO INVESTIR EM CAPACITAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL. COM CONHECIMENTO É MAIS FÁCIL EMPREENDER." LUIZ BARRETTO, PRESIDENTE DO SEBRAE

INFORME SEBRAE. Presidente do Conselho Deliberativo Nacional: Roberto Simões. Diretor-Presidente: Luiz Barretto. Diretor-Técnico: Carlos Alberto dos Santos. Diretor de Administração e Finanças: José Claudio dos Santos. Gerente de Marketing e Comunicação: Cândida Bittencourt. Edição: Ana Canêdo, Antônio Viegas. Fone: (61) 3348- 7494

FMI diz que o país deve combater **inflação com juros mais altos**

Novo relatório do Fundo revisa os prognósticos de crescimento do PIB para 2014

No Brasil, a inflação alta pode pesar no desempenho do varejo ao reduzir o poder de compra da população. Além disso, a incerteza política e os entraves pelo lado da oferta também podem continuar a prejudicar a atividade econômica. Essas previsões fazem parte do mais recente relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual revisa os prognósticos de crescimento de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2014. Agora, a expectativa é de que a economia brasileira repita o desempenho previsto para este ano de 2,5%. Com isso, o Brasil deve, de acordo com a projeção do Fundo, ficar em último lugar entre os países emergentes no tocante ao crescimento da economia no ano que vem.

No relatório anterior, o FMI já havia revisado para baixo a estimativa de crescimento do PIB brasileiro em 2014, de 4% para 3,2%.

A previsão de crescimento para a economia mundial caiu de 3,8% para 3,6%, e entre os emergentes e em desenvolvimento, o crescimento esperado foi reduzido de 5,5% para 5,1%. A expansão das economias avançadas foi mantida em 2%.

A Índia novamente foi o país com maior queda na previsão de crescimento, de 5,6% para 3,8%, seguida do México, de 2,9% para 1,2%.

No relatório, o FMI destaca que a recuperação da economia brasileira deve continuar em ritmo moderado, ajudada pela alta do dólar e pelo consumo, além das políticas de estímulo do governo para incentivar o investimento.

Crescimento do PIB
(previsão em porcentagem)

	2013	2014
Brasil	2,5	2,5
Rússia	1,5	3,0
Índia	3,8	5,1
China	7,6	7,3
África do Sul	2,0	2,9
México	1,2	3,0
Estados Unidos	1,2	2,0
Zona do Euro	-0,4	1,0
Alemanha	0,5	1,4
Espanha	-1,3	0,2
França	0,2	1,0
Itália	-1,8	0,7
Japão	2,0	1,2
Reino Unido	1,4	1,9
Canadá	1,6	2,2

Fonte: FMI

Em meio à inflação ainda alta, o FMI diz que o Brasil pode precisar elevar novamente os juros. "Em um grupo de países, incluindo Brasil, Índia e Indonésia, um maior aperto (na política monetária) pode ser necessário para fazer face à pressão inflacionária vinda da limitação da capacidade produtiva e que deve ainda ser reforçada pela recente depreciação da moeda", diz o documento.

O FMI estima que o índice de preços ao consumidor suba 6,3% este ano no Brasil e 5,8% no próximo. O déficit da conta corrente deve ficar em 3,4% e 3,2%, respectivamente neste ano e no próximo. Já para a taxa de desemprego a previsão é de 5,8% e 6%, também respectivamente.

Ainda sobre o Brasil, o FMI alerta que as autoridades brasileiras devem dar maior prioridade ao ajuste fiscal para colocar a relação entre a dívida bruta e o PIB numa firme trajetória de queda, afirma o relatório.

Pelo critério de cálculo do FMI, que inclui os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central, a dívida bruta brasileira deve fechar 2013 em 68,3% do PIB, um pouco acima dos 68% do PIB do ano passado, e muito superior à média de 35,3% do PIB projetada para os países emergentes.

No documento, o Fundo diz que "atividades quase-fiscais" contribuem para vulnerabilidades dessas nações, observando que o aumento do estoque da dívida desde o começo da crise é explicado por "transações abaixo da linha", citando como um dos exemplos a política de empréstimos para bancos públicos no Brasil, que "totalizou 8% do PIB entre 2008 e 2012". Esse aumento dos aportes para instituições como o BNDES é hoje uma das principais críticas dos especialistas em política fiscal no Brasil, por elevar o endividamento bruto.

Mulheres Empresárias do CNME representam a CACB no XXIV Encontro Ibero-Americano de Mulheres Empresárias e Feniub

Congresso debate papel da **mulher no mercado global**

Encontro Ibero-Americano de Mulheres Empresárias foi realizado durante a 24ª edição da Feira de Empreendedorismo de Uberlândia, com a presença de representantes da Espanha, Portugal, Argentina, Uruguai, Peru, Paraguai, Chile, México, Equador e Brasil

Cerca de 500 empresários de dez países se reuniram no Brasil para debater o papel da mulher no mercado local e global. O Encontro Ibero-Americano de Mulheres Empresárias acontece anualmente, e vem pela segunda vez ao Brasil. Em 2013, a 24ª edição foi realizada junto com a Feniub – a Feira de Empreendedorismo de Uberlândia, em outubro. Estiveram presentes empresários da Espanha, Portugal, Argentina, Uruguai, Peru, Paraguai, Chile, México, Equador e Brasil.

A feira recebeu cerca de 5 mil visitantes nos quatro dias de evento. Esta é a segunda vez que o Congresso Ibero-Americano de Mulheres Empresárias acontece no Brasil. Segundo a presidente da Federação Ibero-Americano de Mulheres Empreendedoras (FIDE), Imaculada Alvares, a eleição do Brasil para sediar o XXIV CIME constitui um exemplo de dinamismo das empresárias brasileiras, mineiras e em especial uberlandenses, revelando a sua força e o envolvimento no cenário empresarial e econômico.

Para a presidente do Conselho da Mulher Empresária da Aciub (CME), Rosalina Vilela, a vinda do XXIV CIME é uma conquista, pois "o fortalecimento da mulher empreendedora e empresária se torna cada vez mais necessário. O aumento do número de mulheres à frente de negócios e empresas é visível não somente no Brasil, mas em todo o mundo. E incentivar a participação dessa mulher em atividades econômicas contribui efetivamente para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade", explica Rosalina.

O evento trouxe debates sobre temas como o pioneirismo da mulher nos negócios – desafiar normas, superar preconceitos e fazer história; mulher empreendedora – poder e influência; liderança feminina – perfil na gestão; as mulheres e a humanização do mercado de negócios; negócios e família – a mulher em busca do equilíbrio; e a adaptação da mulher empresária nas mudanças de mercado, tendo como tema central "Mulheres: Política e Negócios".

De acordo com o presidente da comissão organizadora da feira, Rui Maierá, esta é a primeira vez que a Feniub traz como tema a mulher empreendedora. "As mulheres têm ampliado cada vez mais seu espaço de atuação no mercado e aumentado a sua representatividade em vários segmentos da sociedade. Elas estão à frente de negócios, empresas e de grandes investimentos que movimentam a economia do país e do mundo. São tomadoras de decisões, sem deixar de lado o ser mãe e esposa responsável pelo lar", afirma Rui.

Para o prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado, a realização do evento internacional e a escolha do tema Mulheres Empreendedoras foram uma opção ousada e inovadora. "A Aciub completa 80 anos. Vi e vejo nessa associação a transformação de Uberlândia", comemora.

O evento foi realizado pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), Conselho da Mulher Empresária de Uberlândia (CME) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (Fade), com apoio da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Conselho Nacional de Mulheres Empresárias (CNME), Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e Serviços do Estado de Minas Gerais (Federaminas), Conselho Estadual de Mulheres Empresárias (Ceme) e Uberlândia Convention & Visitors Bureau (UCVB).

A Feniub

Promovida pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub) desde 1969, a Feniub já é um evento tradicional que atrai empresários e investidores de diversos países. De quatro anos para cá, a Feniub vem sendo realizada com temas especializados. Em 2009, foi Franquias e Negócios. Já em 2010, a feira ampliou o foco e foi destinada a Franquias, Negócios e Lazer. No ano de 2011, a organização da Feniub trouxe para a feira o segmento de Logística. Para se ter uma ideia, nesta edição de 2011 mais de R$ 11 milhões foram negociados durante o evento e ainda foi lançada a Movimenta – Feira Internacional de Logística, realizada em 2012.

Conselho da Mulher Empresária representa a CACB no evento

Conselho da Mulher Empresária premia mulheres de destaque na sociedade

O Conselho da Mulher Empresária (CME) premia anualmente as empresárias de destaque na economia local, que de alguma forma contribuem para a sociedade e economia de Uberlândia. O prêmio é uma forma de reconhecimento aos melhores trabalhos realizados na cidade, em diversas áreas de atuação, como: ação social, arte e cultura, associativismo, comércio, comunicação, designer, educação, esportes, indústria, inovação, meio ambiente, moda, música, saúde, serviço público, serviços, terceiro setor, turismo, tecnologia, mulher destaque do ano e mulher Uberlândia. As vencedoras receberam certificado e troféu.

Evento discute competitividade nos **setores de comércio e serviços**

Segunda edição do Simbracs teve a participação do vice-presidente da CACB para a Micro e Pequena Empresa, Luiz Carlos Furtado Neves

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) foi uma das debatedoras do painel Empreendedorismo e Competitividade das Médias Empresas, no último dia 13 de novembro, durante o Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (SIMBRACS). Esta é a segunda edição do evento, que já se firmou como maior encontro realizado pelo Governo Federal em prol do desenvolvimento do setor terciário.

A CACB foi representada pelo vice-presidente de Micro e Pequena Empresa, Luiz Carlos Furtado Neves. Participaram do painel Rodrigo Paolilo, Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje); Nadim Elias Donato Filho, Presidente da Sindilojas BH; Janete Riberito Vaz, Presidente do Conselho do Laboratório Sabin, e Pamella Gonçalves, gerente de pesquisa e políticas públicas da Endeavor Brasil. Também esteve presente o coordenador do Programa Empreender, Carlos Rezende.

Para Luiz Carlos Furtado Neves, são necessárias reformas tributária e trabalhista para melhorar as condições de competitividade do setor. O Simpósio discutiu as inovações nos setores e deu continuidade à disseminação de informações relevantes para a competitividade e a produtividade das empresas que atuam nos segmentos de Comércio e Serviços no Brasil.

O evento

Este ano, o Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs) foi realizado nos

Para Neves, são necessárias reformas tributária e trabalhista para melhorar as condições de competitividade da empresa brasileira

dias 12 e 13 de novembro, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília, Distrito Federal. Foram discutidas as inovações nos setores e houve continuidade à disseminação de informações relevantes para a competitividade e a produtividade das empresas que atuam nos segmentos de Comércio e Serviços no Brasil.

O encontro é um compromisso para a ampliação dos canais de articulação e diálogo entre os setores público e privado e trabalhadores. É realizado no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), principal instrumento da política industrial do governo, e que inova ao incluir os setores de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos em sua estrutura de governança como focos de ação.

Os principais objetivos do Simbracs são: discutir as tendências dos setores de Comércio e Serviços frente à conjuntura da economia internacional; debater políticas públicas para o fomento dos setores de Comércio e Serviços; apresentar e divulgar instrumentos de melhoria do ambiente de negócios e de fortalecimento do setor produtivo brasileiro; congregar diversos eventos convergentes para ampliar ainda mais o escopo das discussões propostas.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), contou com a participação de ministérios e agências do Governo Federal, secretarias estaduais e municipais, representantes do Poder Legislativo, de entidades do setor privado, de trabalhadores, empresários, acadêmicos e convidados internacionais.

Ano anterior

A primeira edição do Simbracs aconteceu em Brasília (DF), nos dias 28 e 29 de novembro de 2012, e contou com mais de 30 painéis e reuniões, além de presença de 1,5 mil participantes, entre autoridades, empresários, representantes dos setores público e privado, academia, imprensa, entre outros convidados. Na ocasião, a CACB também foi uma das palestrantes, apresentando como *case* de sucesso o trabalho de disseminação dos métodos alternativos de solução de conflitos, realizado junto ao Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual (Pace) de Florianópolis, Santa Catarina.

A fim de facilitar a vida do empresário, a Facmat negociou o lançamento do primeiro software gratuito para emissão da nota fiscal eletrônica no estado

Mato Grosso ganha tecnologia de **emissão gratuita de NFC-e**

Chega ao Mato Grosso a tecnologia para a emissão da NFC-e, por meio de softhouses escolhidas pela Facmat que irão disponibilizar gratuitamente o programa de emissão

Em Mato Grosso, a partir de fevereiro será obrigatória a emissão da NFC-e em substituição ao cupom fiscal para todos os empresários, com exceção dos microempreendedores individuais (MEI). A não emissão da NFC-e pode ocasionar multas e outras sanções legais à empresa. A fim de facilitar ainda mais a vida do empresário, a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Mato Grosso (Facmat) lança o primeiro software gratuito para emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NFC-e) no estado.

A ação será realizada por meio do Programa de Geração de Receitas e Serviços (Progerecs), no âmbito da parceria entre Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e Vinco Soluções Tecnológicas. No Mato Grosso, a Facmat está à frente do projeto e a Secretaria de Fazenda (Sefaz-MT) também é apoiadora.

Com a parceria da Facmat, o empresário terá acesso ao programa básico de emissão da NFC-e, que poderá ser baixado no site da Facmat. A principal mudança com a NFC-e é a facilidade de se consultar a nota pelo

site da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT), o que pode ser feito através de smartphone ou tablet.

Os primeiros testes com o software desenvolvido a partir da tecnologia da Vinco Soluções Tecnológicas e trabalhado pelas softhouses em Cuiabá começam em dezembro deste ano, e o programa será disponibilizado oficialmente para download em janeiro de 2014.

"Através das nossas parcerias trouxemos para Mato Grosso uma tecnologia de ponta para ser desenvolvida pelas softhouses locais. Esse trabalho tem o objetivo de facilitar a gestão do empresário que terá acesso gratuito a um programa para imprimir a NFC-e, o que ainda não existe em Mato Grosso", afirma o presidente da Facmat, Jonas Alves de Souza.

Diferentemente do que acontece na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), com a NFC-e a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT) não irá fornecer um programa gratuito para os empresários. No Brasil só há data limite para a implantação da NFC-e no Amazonas e em Mato Grosso.

Para o coordenador do programa, Antônio Bortolin, "isso irá proporcionar inovação e sustentabilidade para todas as associações comerciais e empresariais que fazem parte da rede", avalia. "É uma ação que propulsiona o poder do associativismo no Mato Grosso, e abre precedente para que o modelo seja adaptado para outras regiões do Brasil", avalia.

Segundo o diretor executivo da Vinco, Antônio Gesteira, "participar dessa parceria é uma grande oportunidade de negócio para todos, pois reúne o que há de mais moderno em termos de tecnologia, desempenho e suporte, além da facilidade de uso e melhor relação custo-benefício. A CACB é uma confederação respeitada, sólida e séria. Por isso, nos sentimos honrados com a escolha e conscientes de que temos as competências necessárias demonstradas ao longo do rígido processo de seleção realizado pela equipe de técnicos da entidade".

Sobre a parceria

A CACB e a Vinco atuam conjuntamente desde setembro de 2013. O lançamento da parceria foi feito durante o 23º Congresso da CACB, que aconteceu de 11 a 13 de setembro, em Porto de Galinhas (PE). O objetivo é oferecer produtos com benefícios aos associados da confederação. Entre os novos serviços estão recursos como um sistema para organizar arquivos XML, um portal para emissão de nota fiscal eletrônica em cloud, um software para controle logístico e a emissão de CT-e e um ERP [Enterprise Resource Planning] completo com Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Para atender à demanda dos associados da CACB, no âmbito da parceria, a Vinco fez um levantamento envolvendo 400 fornecedores de softwares de gestão empresarial e cruzou as informações com o perfil do empresário associado da CACB. A partir daí, foram selecionadas aquelas que tinham o melhor custo-benefício do mercado, de acordo com o que o associado realmente precisa. Foram escolhidas três empresas, que juntas vão ampliar o universo de soluções fiscais.

Representantes da Facmat, Secretaria da Fazenda e Vinco estabelecem parceria que oferece ao empresário o acesso ao programa básico de emissão da NFC-e, que poderá ser baixado no site da Facmat

Profissionais da CACB, Sebrae, CNJ e Ministério da Justiça na abertura do evento

Cerca de 70% dos processos podem ser **solucionados por meio de pacificação**

Evento promovido pela CACB e Sebrae colocou em pauta temas importantes para a disseminação dos métodos alternativos de solução de conflitos

No III Workshop Política Pública Nacional de Promoção e Acesso à Justiça foram debatidos temas como a Lei de Mediação, casos de sucesso, o pacto de resolução apropriada de disputas e a Resolução 125/10, que trata da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário. O evento, que ocorreu em São Paulo em 25 de outubro, foi realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Confederação de Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), contando com o apoio do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em vídeo gravado antecipadamente, Bruno Quick, gerente de políticas públicas do Sebrae, afirmou que o Sebrae e a CACB, com o apoio do CNJ e do Ministério da Justiça, irão realizar em março de 2014 um seminário com o objetivo estratégico de alinhar os grandes geradores de conflitos na área de negócios: as grandes empresas com seus consumidores e, também, com pequenas empresas fornecedoras e distribuidoras.

George Teixeira, diretor financeiro da CACB, explicou que, junto ao Sebrae, a CBMAE já vem desenvolvendo projetos para facilitar o acesso

à justiça aos micro e pequenos empreendedores. "É evidente que precisamos de muito mais eventos como esse para que a cultura da mediação, conciliação e arbitragem seja disseminada e, enfim, atinjamos nosso objetivo principal, que é colaborar com micro e pequenas empresas."

O desembargador e membro do Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação do CNJ, José Roberto Neves Amorim, também ressaltou a importância de mais encontros para a troca de experiências. Segundo ele, os resultados do último Justiça em Números, relatório com indicadores do Poder Judiciário, demonstram que ainda há muito a ser feito. "Tivemos um aumento do número de processos de 2012 para 2013: no ano passado, eram 90 milhões, e neste ano, 92 milhões de processos. Portanto, nós julgamos mais, mas ainda assim estamos perdendo para os números. Então isso demonstra claramente aquilo que a gente já defendia: a política pública de mediação e conciliação é uma política pública de mudança de cultura."

De acordo com Neves Amorim, o juiz tem que ser utilizado somente quando é imprescindível a sua participação. "Apenas 30% dos processos que tramitam no Poder Judiciário precisam de fato de um juiz. Os demais litígios poderiam ser solucionados por meio de pacificação, de uma forma muito mais humana", pontuou.

Palestras e debates

Na exposição dos debates realizados acerca dos métodos alternativos de solução de conflitos, apresentaram-se os problemas da ausência de divulgação da mídia, o excesso da cultura judicante e outros. Entre as soluções apresentadas a todos esses problemas, foi citada a previsão legal de obrigatoriedade de disciplinas em cursos de graduação e concursos, além do mapeamento de processos para verificar os gargalos. Ivar Hartmann, professor e pesquisador da Fundação Getulio Vargas, reforçou a importância da formação de profissionais conscientes dos métodos autocompositivos.

André Gomma, membro do Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação do CNJ, abordou o pacto de resolução apropriada de disputas. Segundo ele, é necessário determinar diretrizes claras de como encaminhar os casos ao mediador mais adequado. "Não posso encaminhar um conflito empresarial a um mediador de família, assim como não posso encaminhar um caso que envolva textos técnicos em inglês para um mediador que não leia essa língua", explicou.

Como soluções possíveis, André enumerou: tratar a autocomposição como principal política pública do judiciário para a solução de conflitos; emprestar um tom mais positivo à busca do cidadão por justiça perante o Judiciário; e auxiliar os usuários frequentes – os maiores litigantes – a prepararem seus prepostos para que negociem melhor perante o poder judiciário.

Após as palestras, os magistrados, pesquisadores e técnicos presentes se reuniram em grupos para debater e propor soluções ao cenário atual dos métodos alternativos de resolução de conflitos. Foi proposto que os grupos formados mantenham contato e deem continuidade aos encontros de forma que sigam explorando o tema para descobrir as melhores práticas.

Magistrados, pesquisadores e técnicos participaram do III Workshop Política Pública Nacional de Promoção e Acesso à Justiça

Histórico dos workshops

Em 2009 e 2011, ocorreram os dois primeiros workshops Política Pública Nacional de Promoção e Acesso à Justiça. O objetivo do evento deste ano foi estabelecer parâmetros e encaminhamentos para criar indicadores, metas e pontos de controle. Em 2015, quando ocorrerá a quarta edição do workshop, os envolvidos pretendem apresentar uma visão do que foi alcançado a partir das propostas de trabalho, para que a política de acesso à Justiça possa efetivamente acontecer.

Potencial do mercado pet do Brasil **é um dos maiores do mundo**

Segmento deve faturar cerca de R$ 14,4 bilhões neste ano, o que representa uma evolução de 7,5% em comparação ao ano anterior

Com um faturamento de R$ 14,4 bilhões em 2013, o que representa um crescimento de 7,5% em comparação ao ano anterior, o mercado pet deverá se acirrar cada vez mais. Por enquanto, favorecidas pelo tratamento diferenciado e serviços personalizados, que só o comércio de bairro consegue oferecer, as pequenas e microempresas estão dominando amplamente o segmento, segundo dados da pesquisa Estudo Pet Brasil, da GS&MD, realizada no ano passado e divulgada recentemente.

De acordo com o levantamento, as pet shops detêm, somadas as que oferecem serviços veterinários (34,6%) e as sem esse serviço (15,4%), exatamente a metade do mercado. Os supermercados (17,2%) e as megalojas pet (4,25), rivalizam com as lojas de produtos agrícolas e avicultura (13,5%) e com hospitais e clínicas veterinárias (12,7%).

O mesmo levantamento revela que o mercado pet no Brasil é um dos que mais se favoreceram da melhoria do poder aquisitivo da população e do planejamento familiar, na medida

em que as pessoas demoram mais tempo para ter filhos, suprindo essa carência com animais de estimação. Os números falam por si.

Em 2011, por exemplo, o faturamento alcançou RS$ 11,9 bilhões, com um crescimento de 8% em comparação ao ano anterior e uma vantagem de 1,3 ponto percentual sobre o desempenho do varejo no mesmo ano. Em 2012, a receita atingiu R$ 13,4 bilhões, com uma evolução de 8,5% sobre o ano anterior e uma vantagem de 0,1 ponto percentual sobre o varejo. Em 2011, cerca de R$ 8,5 bilhões foram faturados com atendimento a cães e R$ 2,3 bilhões com gatos. No ano seguinte, o segmento cães abocanhou R$ 9,6 bilhões contra R$ 2,5 bilhões do de gatos.

O imenso potencial do mercado pet brasileiro é comprovado quando seus números são comparados aos de outros países. De acordo com dados do Euromonitor, apurados pela Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), em 2012 a população de animais de estimação em todo o mundo chegou a 1,51 bilhão. Desses, 288,2 milhões estão na China, a primeira colocada. O Brasil é o quarto país no quadro geral desde 2008, com 106,2 milhões de pets, atrás dos Estados Unidos (224,3 mi) e Reino Unido (148,3 mi). No entanto, está em segundo lugar quando se trata de cães e gatos (37,1 milhões e 21,3 milhões, respectivamente), somente atrás dos Estados Unidos.

"A perspectiva é de que o Brasil se mantenha em quarto lugar com uma estimativa de crescimento de 5%", prevê José Edson Galvão de França, presidente executivo da Abinpet, em nota divulgada no site da entidade. "Tomando por base a população brasileira, de 199 milhões de habitantes em 2012, segundo o IBGE, podemos dizer que existe praticamente um animal de estimação para cada dois brasileiros. Mas como o crescimento dos pets é constante, e nossa população cresce mais vagarosamente, essa relação pet/ser humano deve se tornar maior."

Segundo dados atualizados da entidade, atualmente no Brasil existem aproximadamente 37,1 milhões de cães e 21,3 milhões de gatos. Apesar do crescimento de cães, que em 2011 eram 35,7 milhões, o aumento dos gatos é maior e significa uma alta de 8,19% em relação a 2011. A estatística reflete a procura por esse tipo de animal em grandes cidades, onde a vida em apartamentos requer pets menores e mais independentes. O crescimento das populações de ambos foi de 5,4%.

Para a Abinpet, ainda é necessário combater a imagem do alimento pet – cientificamente adaptado às necessidades dos animais de estimação – como gasto supérfluo. Ainda pesa sobre a indústria a carga tributária, discrepante com outras áreas da produção agropecuária e alimentação. O IPI para produtos pecuários e alimento humano básico é zero, enquanto são cobrados 10% para pet food. Quando somados juntos o IPI, PIS/Cofins e ICMS e 10% de substituição tributária no ICMS, o setor pet tem um ônus total de 49,90%. Os impostos pecuários chegam ao máximo em 15,25%. Na Europa, por exemplo, a carga tributária pet é de 18,5%. Nos Estados Unidos, não passa de 7%.

O Brasil é o quarto país no quadro geral desde 2008, com 106,2 milhões de pets, atrás dos Estados Unidos (224,3 mi) e Reino Unido (148,3 mi). Em cães e gatos (37,1 milhões e 21,3 milhões, respectivamente), fica atrás somente dos Estados Unidos

Resultado das contas públicas do mês de setembro foi o pior dos últimos anos e torna irreversível um conjunto de reformas para o próximo mandato da Presidência da República

Piora do regime fiscal acende a **luz vermelha no Planalto**

O déficit primário de R$ 9,048 bilhões, de setembro, acendeu a luz vermelha no setor público brasileiro. Além de ter sido o pior resultado daquele mês desde o início da série histórica, contribuiu para agravar a situação fiscal do país, tornando quase impossível a tentativa do governo de cumprir a meta de superávit primário para 2013. O certo é que o gasto do governo vem crescendo fortemente. Neste ano, as despesas de custeio (gastos correntes sem juros e investimentos) têm crescido em torno de 13%, para uma inflação de 6%. Os benefícios da Previdência (13% de janeiro a setembro) e os ligados ao abono e ao seguro-desemprego (18%) são as duas contas que revelaram uma piora estrutural. Em nove meses, o déficit da Previdência já atingiu R$ 47,6 bilhões. Em entrevista a Empresa Brasil, o economista Armando Castelar (FGV/Ibre) faz uma avaliação do quadro atual das finanças públicas. A seguir, leia os principais trechos de sua entrevista:

Até que ponto o governo tem respondido à demanda por reformas no país?

Muito pouco. Há algum esforço em relação a resolver o conflito federativo, como na questão do ICMS, e avançar com a privatização da infraestrutura, mas essas são mais exceções do que a regra. O que se percebe é que esses movimentos resultam em grande parte de pressões criadas por outros atores, mais do que como fruto de uma agenda de reformas voltada para acelerar o crescimento, por exemplo. Assim, a ação no ICMS vem da iminência de uma decisão sobre isso do STF. Agora devemos ver algum esforço de limitar os empréstimos do tesouro aos bancos públicos, em função da ameaça das agências de rating de rebaixar a classificação do Brasil. Sem um comprometimento maior do Executivo com uma agenda de reformas estas devem continuar sendo relativamente escassas.

Quais as reformas mais urgentes?

Considero a mais importante avançar com a privatização da infraestrutura. Isso requer mais compromisso com o programa, modelos menos intervencionistas e o fortalecimento das agências reguladoras. Priorizo essa reforma pois acredito que a falta de infraestrutura hoje em dia limita muito o investimento privado. Sem ser propriamente uma reforma, também considero essencial colocar de volta em funcionamento o "tripé macroeconômico" que orientou a política econômica no segundo mandato de FHC e no início do governo Lula.

O que ameaça o país em médio prazo se não forem feitas reformas?

A tendência é o país cair em uma armadilha de baixo crescimento. Isso, aliás, já parece estar ocorrendo. Basta ver que as projeções hoje apontam para um crescimento do PIB na faixa de 2,5% ao ano no médio prazo, com uma inflação entre 5,5% e 6,0%. E há quem acredite que mesmo isso possa ser difícil alcançar com a normalização da política monetária nos EUA, que vai elevar os juros longos no Brasil e dificultar o acesso do governo e das empresas ao financiamento.

Como o Congresso deve se comportar se o Executivo não tomar nenhuma iniciativa?

Nosso Congresso também não tem uma agenda de reformas. De fato, já há vários anos a agenda legislativa tem sido comandada pelo Executivo. De qualquer forma, o caminho seria trabalhar na construção de uma agenda que atraísse o apoio dos principais atores – federações patronais, sindicatos, academia, etc. – com metas de médio prazo. No mínimo, creio que o Congresso poderia estimular a discussão dessa agenda.

Qual tem sido o papel da oposição na advertência sobre as ameaças que pairam sobre a economia?

Infelizmente a oposição não tem tido um papel ativo nessa área. Em parte porque o crescimento baixo não parece preocupar uma parte grande do eleitorado, pois ele não tem impedido o mercado de trabalho de continuar próximo ao pleno emprego e com salários em alta. Dessa forma, fica politicamente pouco atraente criticar essa política. Essa é uma das razões pelas quais considero que há um risco significativo de cairmos nessa armadilha de baixo crescimento.

Por que o governo teima em não assumir um papel proativo diante do agravamento das contas, como da Previdência, por exemplo?

O governo está reagindo aos mesmos incentivos que a oposição: não quer apoiar reformas impopulares e correr o risco de perder apoio político. Infelizmente, não vejo que isso vá mudar endogenamente, isto é, sem o auxílio de um agravamento da situação econômica. Isso pode acabar acontecendo, conforme o déficit em conta corrente siga em alta e as condições de financiamento externo fiquem mais difíceis, conforme a economia mundial comece a sair da crise em que entrou em 2008. Mas isso não é para 2013 e nem possivelmente para 2014.

"O caminho das reformas seria trabalhar na construção de uma agenda que atraísse o apoio dos principais atores – federações patronais, sindicatos, academia – com metas de médio prazo"

Contribuições para uma **agenda de desenvolvimento**

Vão de mal a pior as previsões para o crescimento da economia brasileira para este ano. O mais recente relatório de projeções da Comissão Europeia, divulgado em novembro, mostra que a estimativa das autoridades do continente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2013 caiu de 3% para 2,2%. De modo geral, as previsões para 2014 também não são nada estimulantes para o Brasil, o que prenuncia um cenário cada vez mais complexo para o próximo mandato da Presidência da República.

Foi em cima dessa realidade que os economistas Fabio Giambiagi (BNDES) e Claudio Porto organizaram o livro "Propostas para o Governo 2015/2018" (editora Elsevier). Com 24 análises e sugestões de políticas públicas, a obra traz textos de 40 especialistas sobre os principais pontos necessários para a retomada do desenvolvimento do país.

Questões como baixas taxas de investimento e poupança doméstica, investimento público insuficiente, forte crescimento do gasto de custeio público, elevada carga tributária e crescimento do produto potencial inferior às necessidades de crescimento mais intenso comprovam que o país fez menos que o mínimo necessário para se preparar para uma melhor inserção em um mundo crescentemente competitivo.

Nessa linha, segundo os autores, há um evidente risco de esgotamento do ciclo de crescimento iniciado em 2004. De acordo com Giambiagi e Porto, para o Brasil aumentar o ritmo de crescimento de sua economia será necessário realizar reformas básicas no sentido de o país melhorar sua infraestrutura, aumentando os investimentos públicos, realizar uma reforma fiscal e previdenciária, entre outras.

"Sem reformas e políticas voltadas para a produtividade e a competitividade da economia brasileira, será difícil o Brasil retomar uma expansão anual ao ritmo de 4%", diz Giambiagi. Para Porto, o desafio de elevar a produtividade nos próximos anos dependerá fundamentalmente de liderança política e melhoria da qualidade e solidez das instituições: "Quando conduzidos por lideranças com visão de futuro e suportados por instituições confiáveis, os consensos são consolidados na sociedade e os problemas mais rapidamente superados", afirma.

Os autores alertam ainda sobre a ausência de um maior esforço e atenção em educação ao longo de várias décadas. Afirmam que o governo eleito em 2014, além de lidar com questões históricas pendentes – como a baixa qualidade do ensino –, terá que solucionar novos temas, como o ambiental e a escassez de mão de obra qualificada. "A partir da próxima década a população em idade ativa declinará e a oferta de trabalho se tornará um constrangimento maior para o crescimento econômico", afirma Giambiagi.

Para o Brasil aumentar o ritmo de crescimento de sua economia será necessário realizar reformas básicas, na infraestrutura, fiscal e previdenciária, entre outras

PROPOSTAS PARA O GOVERNO 2015/2018
Organizadores: Fabio Giambiagi e Claudio Porto
Gênero: Economia
Páginas: 396
Formato: 16 x 23 cm
Editora: Elsevier
Preço: R$ 89,90

O desequilíbrio nas contas externas

Rogério Amato*

Recentemente, o Banco Central divulgou resultados das contas do balanço de pagamentos. As transações correntes, que representam o valor das entradas e saídas de mercadorias e serviços do país, tiveram um saldo negativo (déficit) de US$ 80,5 bilhões nos 12 meses encerrados em setembro. Esse montante representa 3,6% do PIB; em dezembro de 2012, essa equivalência era de apenas 2,4%.

Contribuíram – em parte – para esse déficit os gastos de turistas brasileiros no exterior e a remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras. Mas a causa principal foi o desempenho da balança comercial neste ano, que acumula até setembro um déficit de US$ 1,6 bilhão contra um superávit de US$ 15,7 bilhões no mesmo período de 2012.

Preocupa ainda mais a tendência crescente do desequilíbrio externo, correndo-se o risco de ultrapassar a casa dos 4% do PIB, percentual que não era atingido desde 2001. Entre os motivos da deterioração das contas externas estão a política econômica, que prioriza o consumo em detrimento dos investimentos, e a apreciação do Real, que reduziu a competitividade da indústria nacional.

O país, por comprar cada vez mais mercadorias e serviços acima do valor exportado, precisa recorrer a recursos financeiros externos para cobrir os saldos negativos decorrentes. De 2008 a 2012, o déficit em transações correntes foi financiado integralmente, e com folga, pela entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) – capitais de aplicação de longo prazo destinados diretamente ao setor produtivo. Neste ano, apesar da ainda forte entrada desses recursos no país, estes não têm sido suficientes para cobertura total desses déficits. O país recebeu, até setembro deste ano, US$ 43,8 bilhões de IED, financiando somente 77% do déficit em transações correntes. O restante foi coberto por capitais estrangeiros aplicados principalmente em títulos de renda fixa, cujo montante de US$ 26,7 bilhões, no período, foi atraído pelas taxas de juros elevadas praticadas no país. Como são aplicações de curto prazo, o Brasil começa a ficar mais dependente de capitais voláteis para equilibrar suas contas externas. Esses recursos rapidamente deixarão o país, caso ocorra qualquer distúrbio na economia mundial ou aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, como reflexo da retirada dos estímulos monetários praticados pelo Banco Central norte-americano.

A política econômica deveria estimular os investimentos e conter o crescimento exagerado do consumo e dos gastos públicos

A utilização das reservas internacionais constitui uma alternativa para que o Brasil possa enfrentar uma saída abrupta de capitais estrangeiros do país, mas sua utilização corre o risco de rebaixamento do rating pelas agências internacionais de classificação de risco.

O equilíbrio das contas externas é fundamental para que o país tenha um crescimento econômico sustentável e sem maior endividamento externo. Como a balança de serviços é cronicamente deficitária, o equilíbrio das contas externas depende da geração de saldos elevados na balança comercial. A política econômica apropriada deveria estimular os investimentos e conter o crescimento exagerado do consumo e dos gastos públicos, mantendo a taxa cambial em patamar que estimule as exportações e contenha o avanço das importações.

**Presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp)*

Lucas fazia o melhor
bolo da redondeza.

**Só faltava uma pitada
de planejamento estratégico.**

/sebrae @sebrae

Ninguém abre uma confeitaria por ter talento para análise de mercado.
Para isso existe o Sebrae, para ajudar na gestão do seu negócio.
Palestras, cursos, consultorias, tudo na medida para a sua microempresa prosperar e crescer. **Tem uma microempresa?**
Faça um grande negócio: procure o Sebrae. Ligue 0800 570 0800

Planejamento Estratégico | Plano de Marketing | Internet
Associativismo | Gestão Financeira | Tributação | Gestão de Pessoas

SEBRAE

Especialistas em pequenos negócios / 0800 570 0800 / sebrae.com.br

nova/sb

www.ead.sebrae.com.br

Portal de Educação a Distância do Sebrae.
Empreendedorismo a qualquer hora e em qualquer lugar.
Vagas ilimitadas. Início imediato.

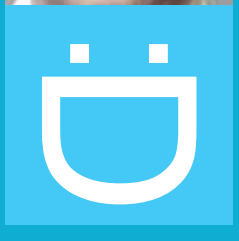
Como inovar?

fornecedores?

Concorrência?

Calma.

Acesse o portal
de educação A distância
do sebrae.



E o melhor de tudo: é grátis.

O portal de educação a distância do Sebrae inovou.
Agora com cursos durante o ano inteiro, vagas ilimitadas e início imediato. E ainda oferece tutores para esclarecer suas dúvidas.
Tudo prático, interativo e o melhor: gratuito.
Clique, aprenda e empreenda.

SEBRAE

Especialistas em pequenos negócios / 0800 570 0800 / sebrae.com.br